ATA Nº 59 DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ, realizada aos trinta de setembro de dois mil e vinte e um (30-9-2021), tendo na Presidência o Vereador José Roberto Reis Filgueiras; na Vice-Presidência, o Vereador Edeir Pacheco e na Secretaria, a vereadora Aline Melo. Às dezessete horas e seis minutos, o Sr. Presidente pede à Sra. Secretária que faça a chamada nominal dos Senhores Vereadores, constatando-se a presença de todos. O Sr. Presidente faz a abertura dos trabalhos em nome do Povo e do Município de Ubá. **ORDEM DO DIA:** 1) **Discussão e votação única**: Emenda nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 1/2021, que "altera a descrição do perímetro urbano da cidade de Ubá, de que trata o art. 2° da Lei Complementar Municipal n° 108, de 28 de outubro de 2009, e contém outras disposições." Em discussão, o vereador Edeir Pacheco diz que a emenda visa garantir às pessoas que vivem na roça e têm propriedades rurais que não serão atingidas pela alteração do perímetro urbano, não sendo obrigadas ao IPTU, mas continuando a pagar o ITR, desde que exerçam atividade agropecuária ou se caracterizem como agricultores familiares. Em votação, a emenda é aprovada por unanimidade (10 votos). **1ª Discussão e votação:** 1) Projeto de Lei Complementar nº 1/2021, que "Altera a descrição do perímetro urbano da cidade de Ubá, de que trata o art. 2° da Lei Complementar Municipal n° 108, de 28 de outubro de 2009, e contém outras disposições." Em discussão, ninguém se manifesta. Em votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1/2021 é aprovado por unanimidade (10 votos). 2) Projeto de Lei nº 121/2021, que "autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, visando à transferência total da gestão administrativa, financeira e operacional no atendimento dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano) das unidades escolares E.E. São José, EE Coronel Camilo Soares, E.E. Professor Lívio de Castro Carneiro, E.E. Doutor Levindo Coelho e E.E. Doutor José Januário Carneiro, da rede estadual para a rede municipal, e dá outras providências." Em discussão, o vereador José Damato lê uma carta em que afirma não ser o momento de discussão de municipalização, mas de recuperação dos alunos, afetados pela pandemia, na volta ao ensino semi-presencial. Que outras ações como o uso do FUBDEB, não de todo gasto, para melhorar os equipamentos e acesso à internet de alunos e professores foram apresentadas por ele em Indicação, mas nada foi feito e ainda deve sê-lo. Que apresentou, com os vereadores Jane Lacerda, José Carlos e Célio Lopes, emenda para que se tornasse obrigatória a consulta, oitiva e votação do projeto de municipalização pela comunidade escolar, pois encontrou resistência de pais e professores em todas as escolas que visitou. No entanto, esta emenda foi rejeitada pelos demais vereadores. Diz que o projeto de lei é vago, incompleto e causa uma forte insegurança, pois a maioria das informações consta na Mensagem do prefeito, mas essa juridicamente não tem valor. Cita perdas para os professores das duas redes, como o IPSEMG, a não previsão de plano de carreira para o magistério municipal e o congelamento de salários devido ao custo de contratação de novos

Câmara Municipal de Ubá - Rua Santa Cruz, nº 301, Centro - Ubá/MG - CEP: 36.500-059
Telefone: (32) 3539-5000 - Fax: (32) 3539-5030
Site: http://uba.mg.leg.br - E-mail: contatos@uba.mg.leg.br

funcionários. Declara seu voto contrário à municipalização sem que se tenha ouvido a comunidade escolar, maior atingida e interessada por ela. Pede para que conste em ata que este PL nº 121/2021 não foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas (COFTC), de acordo com o artigo 49 do Regimento Interno. A vereadora Jane Lacerda também declara seu voto contrário à municipalização por ser total irresponsabilidade do Poder Executivo mandar para a Câmara, e total irresponsabilidade da Câmara aprovar, um projeto em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, por não ter anexado os estudos técnicos que comprovem a capacidade financeira do município em sustentar as despesas da municipalização, mesmo com o DIEESE na Assembleia e nesta Câmara dizer que o déficit anual será de cerca de R$5 milhões anuais para serem supridos com recursos próprios, pois o repasse de recursos federais e estaduais não será suficiente para manter e investir na Educação em Ubá.O vereador José Maria diz que não há como agradar a todos, mas aposta no futuro e a decisão tem que ser tomada agora. Diz que sua decisão se deve à entrada de R$17,5 milhões nos cofres públicos e porque dará ao município a possibilidade de administrar mais de perto a Educação. Diz que a primeira oferta do governo do estado foi de R$ 3 milhões, depois R$9 milhões, depois R$ 13 milhões, até aceitar os R$17,5 milhões propostos pelos estudos da Secretaria Municipal de Educação. Reafirma que só o futuro dirá se seu voto foi correto ou não. A vereadora Jane Lacerda diz que não é o futuro que vai dizer, mas sim a anexação do impacto financeiro ao projeto de lei é que diria se a municipalização dará certo ou não e isso não foi apresentado à Câmara. O vereador José Maria diz que não comentou sobre o voto da vereadora e pede que ela respeite o seu. A vereadora Soninha critica a fala da vereadora Jane ao dizer que Prefeitura e Câmara são irresponsáveis e diz que o projeto está na Casa há 30 dias e que houve oportunidade para que eles pedissem vista, apresentassem emenda, não chamaram os professores e pais de alunos e que "sentar em cima do rabo da gente é fácil,que tem que falar certo, porque quem está saindo como ruim somos nós, porque oportunidade eles tiveram pra fazer." Diz que não foi procurada por professor nenhum, "sabem onde eu trabalho, sabem onde eu moro, sabem onde eu estou, agora eles querem sair como bom e botar nós como ruim." O vereador José Damato discorda da vereadora Soninha, pois foi apresentado projeto de lei, foi pedido vista, abaixo-assinados, foi apresentada emenda para ouvir a comunidade escolar e a vereadora semana passada votou contra. A vereadora Soninha prossegue sua crítica pelo fato de os vereadores contrários à municipalização terem deixado a discussão para a última hora e o vereador José Damato cita todas as reuniões que participaram e que foram usados os instrumentos que tinham como por exemplo, a emenda rejeitada pela vereadora. A vereadora Soninha estranha que só os vereadores contrários foram procurados e não os outros. Sugere-se que a vereadora pergunte aos professores presentes. O presidente diz que se o plenário continuar a se manifestar terá que pedir que se retirem. A vereadora Jane Lacerda pergunta se a reunião pode ser suspensa por cinco minutos para que os professores,

Câmara Municipal de Ubá - Rua Santa Cruz, nº 301, Centro - Ubá/MG - CEP: 36.500-059
Telefone: (32) 3539-5000 - Fax: (32) 3539-5030
Site: http://uba.mg.leg.br - E-mail: contatos@uba.mg.leg.br

então, conversem com a vereadora Soninha, que em princípio aceita, mas em seguida declara seu voto a favor da municipalização.A vereadora Aline Melo diz que todos com quem ela conversou e a maioria, ao contrário do dito pelo vereador José Damato, foram favoráveis à municipalização. Diz que não fará política corporativista e que podem filmá-la à vontade; que parece que querem jogar uns contra os outros, em vez de discutir no campo das ideias. Diz que decidiu votar favoravelmente à municipalização, decidido há poucos dias, e que não carregará "a irresponsabilidade de passar um valor altíssimo e nunca proposto antes , de R$17 milhões, para melhorar a educação porque é eminente a municipalização." Que não se discutiu se a municipalização gradual seria melhor, porque o foco esteve em outras questões. Que estará à disposição se ocorrer "algo fora do combinado e algo que está prejudicando". Que não carregará culpa, porque se daqui a dois anos municipalizar sem ter qualquer recurso do estado, como já ocorreu, pelo menos hoje há investimento estadual. Que com quem conversou, observou ser a favor da municipalização.Diz que é preciso ter diálogo na Casa, que o projeto tem a parte ruim e não nega isso, mas tem a parte boa, do investimento estadual. O vereador Célio Lopes pergunta à vereadora porque os pais favoráveis à municipalização não estão no plenário e, se deve haver diálogo, por que a vereadora levou seis vereadores para reunirem-se na suspensão da reunião ordinária passada e não os onze. A vereadora diz que não adianta o riso do plenário, mas que chamou as pessoas com quem têm afinidade e que o normal é se chamar as pessoas em quem se confia. Que os ataques começaram desde o primeiro dia e a cidade não merece isso, que se deve trabalhar independente de partidos. O vereador José Maria cita postagens de redes sociais e que vota pela sua convicção. O vereador José Damato diz que conversou com pais, professores e funcionários de todas as escolas e a maioria foi contrária à municipalização e a vereadora Aline diz que com quem ela conversou houve apoio à municipalização. Que a emenda para escutar a população resolveria esta discrepância e não entende porque ela foi rejeitada pela maioria dos vereadores. O vereador José Maria diz que votou contrário porque " a emenda era uma cópia do projeto do vereador José Damato, que está parado ainda, sem segunda votação". O vereador José Damato diz que exatamente devido ao projeto estar parado, foi retirada a parte principal que previa a escuta da comunidade escolar e apresentada como emenda ao projeto de lei do Executivo. O intuito não era discutir a municipalização, mas escutar a comunidade escolar diretamente envolvida. O vereador José Carlos diz que, segundo o secretário municipal de Educação, todos os trabalhadores das escolas estaduais vão ser contratados indicados por ele à empresa terceirizada e que isso não é compreensível. Pergunta se houver alguém contrário à Prefeitura, "como irá arrumar emprego". Fala sobre o fim da possibilidade de os pais escolherem a escola de seus filhos. Pergunta ao Presidente se pode pedir vista ao projeto de lei e o Presidente diz que não. Diz que é a favor da Educação, mas os R$ 17 milhões são uma barganha para "tirar os professores" do estado e que isso não é justo.Reafirma que lhe preocupa a fala do

Câmara Municipal de Ubá - Rua Santa Cruz, nº 301, Centro - Ubá/MG - CEP: 36.500-059
Telefone: (32) 3539-5000 - Fax: (32) 3539-5030
Site: http://uba.mg.leg.br - E-mail: contatos@uba.mg.leg.br

secretário de Educação sobre indicar trabalhadores à empresa terceirizada. O vereador Edeir Pacheco diz que a fala do secretário foi muito esclarecedora, que a rede municipal tem muita qualidade e os pais com quem pode conversar acham "maravilhosamente bem." Diz que dependendo do que cada vereador fala para o pai, a opinião dele será contra ou a favor. Que devem ser construídas escolas, em vez de alugar espaços e que as escolas municipais são muito boas. O presidente diz que a emenda falava em audiências públicas e não haveria tempo hábil pois o prazo de tramitação termina hoje. O vereador José Damato contesta dizendo que a emenda em nada atrasaria a tramitação do projeto de lei, pois as audiências com a comunidade escolar seriam feitas após a aprovação do PL na Câmara e antes da assinatura do convênio. O presidente diz que o projeto autoriza a assinatura do convênio. Diz também que o PL não foi à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, porque não haverá despesas. Que o município receberá recursos do estado. Que o convênio "é que vai falar do financeiro, não PL que estamos votando". Quanto a dúvidas, diz que houve tempo para que os vereadores as sanassem, pois a reunião com o Secretário ocorreu duas semanas atrás. Que o Secretário falou em processo seletivo e que, no caso das terceirizações, poderia indicar nomes se os trabalhadores quisessem. A vereadora Jane Lacerda diz que o projeto de lei sobre consulta à comunidade escolar entrou antes do projeto de lei do Executivo (N.do R.: 14 de junho), mas "ficou encostado", por isso foi apresentada a emenda. Quanto à geração de despesa, ela está no Termo de Adesão e confirmada pelo próprio Secretário quando perguntado se iria gerar despesa. Que o Termo de Adesão diz que apenas no primeiro ano o estado repassará as receitas que cobrem as matrículas dos alunos ao município, e que é claro que o município terá que absorver estas despesas nos anos seguintes. Lembra que o município não tem conseguido cumprir o Plano Municipal de Educação e o Tribunal de Contas têm apresentado ressalvas à prestação de contas da Prefeitura pelo não cumprimento das metas 1 (educação infantil), 8 (escolaridade 18-29 anos) e 18 (plano de carreira do magistério) e que é preciso pensar à frente pois alguém deverá pagar esta conta. Em votação, o Projeto de Lei nº 121/2021 é aprovado por 6 votos favoráveis e 4 contrários. O Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião às dezoito horas e nove minutos.

Alexandre de Barros Mendes
LEK
VEREADOR
2º SECRETÁRIO

Câmara Municipal de Ubá - Rua Santa Cruz, nº 301, Centro - Ubá/MG - CEP: 36.500-059
Telefone: (32) 3539-5000 - Fax: (32) 3539-5030
Site: http://uba.mg.leg.br - E-mail: contatos@uba.mg.leg.br